

HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA REGIONAL – A HISTORIOGRAFIA DO PEQUENO ESPAÇO

LOCAL HISTORY AND REGIONAL HISTORY – THE HISTORIOGRAPHY OF THE SMALL SPACE

HISTORIA LOCAL E HISTORIA REGIONAL: LA HISTORIOGRAFIA DEL PEQUEÑO ESPACIO

 José D'Assunção Barros ^A

^A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil

Recebido em: 09/02/2021 | 03/02/2022 **DOI:** 10.12957/tamoios.2022.57694

Correspondência para: José D'Assunção Barros (jose.d.assun@globomail.com)

Resumo

O artigo propõe-se a discutir as modalidades historiográficas da 'História Regional' e da 'História Local'. Em uma de suas sessões, discute o desenvolvimento do conceito de 'lugar' na Geografia, mostrando que este ultrapassou a mera ideia de 'localidade', o que permite abordar a implicação deste aspecto na historiografia. Discute-se também quais são as diferentes motivações para o estudo da História Local. Na última sessão, procura-se discutir a possibilidade de usos diferenciados, e não coincidentes, para as expressões "história local" e "história regional".

Palavras-chave: Espaço, História Local, História Regional; Lugar; Região.

Abstract

The article aims to discuss the historiographic modalities of "Regional History" and "Local History". In one of its sessions, it is discussed the development of the concept of "place" in the Geography, showing that the concept has gone beyond the mere idea of "locality", which allows us to address the implications of this aspect in historiography. The text also discusses the different motivations for the study of local history. In the last session, we sought to discuss the possibility of differentiated and non-coincident uses for the expressions "local history" and "regional history".

Keywords: Space, Local History, Regional History; Place; Region.

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir las modalidades historiográficas de "Historia regional" e "Historia local". En una de sus sesiones, se discute el desarrollo del concepto de "lugar" en la Geografía, mostrando que el concepto ha ido más allá de la mera idea de "localidad", lo que nos permite abordar las implicaciones de este aspecto en la historiografía. El texto también discute las diferentes motivaciones para el estudio de la historia local. En la última sesión, buscamos discutir la posibilidad de usos diferenciados y no coincidentes para las expresiones "historia local" e "historia regional".

..

Palabras-clave: Espacio; Tiempo; Paisaje; Flujos y Fijos





A HISTORIOGRAFIA DO PEQUENO ESPAÇO – CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E A HISTÓRIA REGIONAL, DIANTE DOS CONCEITOS BASILARES QUE AS CONSTITUEM

Lugar: reformulações de um conceito

O diálogo entre a História e a Geografia tem proporcionado, ao primeiro deste campo de conhecimento, oportunidades ímpares para a renovação de seu patrimônio conceitual, e ainda para a emergência de campos historiográficos que lidam com alguns dos mais essenciais conceitos geográficos, tais como o de lugar e região – para além do próprio conceito de espaço. Discorreremos neste artigo sobre as demandas e motivações que têm animado estes campos históricos que compõem, de alguma maneira, uma historiografia do pequeno espaço – e ainda discutiremos se é necessário de fato distinguir uma História Local e uma História Regional no âmbito desta historiografia do pequeno espaço.

Para adentrarmos um entendimento mais preciso acerca do que está em jogo com a historiografia do pequeno espaço, podemos partir da idéia de que, com a “História Regional” ou com a “História Local”, o local, a região – ou o *espaço* mais específico – são colocados de fato no centro da análise. Com a História Local, o lugar – ou o “local” – define efetivamente uma posição particularmente primordial na análise histórica a ser empreendida. De maneira similar, o conceito de “região” apóia a possibilidade de nos definirmos nos termos de uma “História Regional”. Em vista disto, iniciaremos com uma reflexão mais precisa sobre o conceito de ‘lugar’, de modo a uma compreensão mais rigorosa sobre o que seria uma História Local.

Mais tradicionalmente, a noção de lugar, na Geografia e em outras ciências humanas, tendia a se deixar confundir com a de localidade¹. Modernamente, a Geografia caminhou na direção de uma clara distinção entre o *local* – conceito mais técnico e mais propriamente relacionado a uma posição no espaço – e o *lugar* propriamente dito, conceito que implica uma

¹ O tratamento do “lugar” como localidade remonta, já em tempos antigos, ao Livro IV da *Física* de Aristóteles (208, 209) e um pouco também ao Livro VIII (260, 261). Nestas passagens das *Physicae Auscultationes*, o filósofo grego discorre sobre o “lugar” (topos) partindo da idéia de que “qualquer coisa da qual se possa falar está algures” (em algum lugar). Em seguida, aborda aspectos diversos, tais como a posição, a extensão do lugar, a relação do movimento com o lugar, a possibilidade do lugar conter algo (no sentido físico). Desta forma, o lugar é tratado em ampla complexidade, mas sempre como localidade (e não em suas implicações intersubjetivas).



série de subjetividades e relações com o mundo humano que já discutiremos. A distinção geográfica mais precisa entre “local” e “lugar” não afetou muito esta modalidade que desde os anos 1950 os historiadores denominam História Local, a qual é perfeitamente adaptável a um e a outro destes conceitos. Entrementes, a discussão sobre o conceito de “lugar” pode ser especialmente proveitosa para a historiografia, de modo que é importante dela nos aproximarmos.

A partir dos anos 1960, começam a surgir os primeiros interesses dos geógrafos em definir com maior clareza o que é o “lugar” – um conceito que freqüentemente vinha sendo empregado de maneira acrítica, mais ou menos como se já fosse uma noção imediatamente compreensível para todos e para qualquer um. Com vários geógrafos que escrevem neste período e depois², o conceito de lugar parece já ter se libertado da conotação exclusivamente locacional. O vínculo do lugar com uma localidade – isto é, com certa posição no espaço – é ainda efetivo (embora, mais tarde, mesmo isso vá começar a se alterar com o surpreendente desenvolvimento das realidades virtuais e do ciberespaço). Todavia, o acorde conceitual de “lugar”, a partir dos anos 1960, já passava a exibir outras notas características importantes, para além da mera ideia de localidade.

Todo lugar, começava-se a enfatizar cada vez mais naquela década, tem o seu lado de dentro e o seu lado de fora (o seu entorno). A relação deste lado de dentro (ou deste sítio) com o entorno ou com realidades mais distantes, a experiência humana que no interior desta relação se estabelece, os modos de ver o mundo que afloram quando se está em um lugar e não em outro, os mecanismos de identidade que se impõem de dentro de um lugar ou contra este mesmo lugar – tudo isso começa a compor um sentido mais complexo para esta pequena palavra com a qual estamos tão acostumados na vida cotidiana. Com o desenvolvimento mais complexo do conceito geográfico de lugar, este não deveria mais ser visto como um mero local, mas sim um mundo que coloca em jogo as suas próprias regras. Pode-se mesmo dizer que todos os lugares são pequenos mundos. Se o lugar pressupõe uma localização (mesmo o lugar virtual tem um endereço eletrônico), este traço está longe de ser o único relevante quando pensamos nos lugares. Ademais, podemos ter uma localidade – cartografável ou indicável no mapa – mas sem termos ainda um lugar. O local pode ser um mero ponto no mapa definido pelo encontro de um paralelo e um meridiano. Mas um lugar precisa ser

2 É o caso, por exemplo, de Fred Lukermann (1921-2009). Cfe. LUKERMANN, 1964, p.172.



nomeado, pressentido por alguém como dotado de uma singularidade. O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. Assim, o lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos. Conforme uma metáfora que poderíamos tomar de empréstimo à Música, o lugar é o espaço objetivo sobre o qual se ergueu um acorde de subjetividades.

Por isso o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (n.1930), em *Espaço e Lugar: uma perspectiva humanista* (1979), ressalta que o lugar é “uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, [...] uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”³. O lugar, sobretudo, implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. Em duas palavras, envolve *identidade e estabilidade*. Ambas as instâncias – a saber, de um lado a identificação, e de outro lado a dupla sensação de estabilidade que é simultaneamente assegurada por um forte sentimento de pertença e pela permanência objetiva do lugar no espaço e através do tempo – parecem produzir nas pessoas sensações diversas de apego ao ambiente construído ou natural⁴.

A sensação de pertença ao lugar, através deste duplo entremeado de subjetividades que envolve simultaneamente a identificação com o lugar e a impressão de sua continuidade no espaço-tempo – pode atingir distintos níveis de amplitude, que vão da vizinhança ou do bairro à pequena localidade, daí à cidade ou à área rural e assim sucessivamente, até atingir lugares maiores como o estado, o país, o continente, o planeta! Todos estes são certamente lugares, os quais são investidos de diferentes tipos e níveis de afetividade, de intimidade, de sentir-se dentro. Para nossos fins, entretanto, vamos falar apenas dos lugares que correspondem ao nível das pequenas localidades ou, quando muito, das unidades regionais construídas aquém ou abaixo do nível do estado nacional (o estado, a província, a região produtora, e assim por diante). É deste lugar – deste pequeno ou médio lugar – que aqui falaremos, uma vez que o principal objetivo das reflexões que almejamos desenvolver neste artigo está associado a esta que estamos considerando como uma historiografia do pequeno espaço.

O conceito mais complexo de “lugar” – com sua série de notas características das quais a identidade e a estabilidade são as mais salientes – coaduna-se perfeitamente com o

3 TUAN, 1979, p.387.

4 Este é o tema central abordado em *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (1974), uma das principais obras de Yi-Fu Tuan.



desenvolvimento da História Local nas últimas décadas. Se um dia os historiadores franceses dos anos 1950 iniciaram suas monografias regionais a partir de um tratamento mais técnico da localidade – se quisermos nos ater mais exemplificativamente à historiografia daquele país e trazer o exemplo da escola historiográfica que se desenvolveu em torno da liderança de Pierre Goubert – com o tempo a História Local impôs cada vez mais a si mesma uma maior exigência de problematização. Os problemas constituem o lugar; não vão encontrá-lo como um cenário já montado.

Uma história, entre outros adjetivos, será uma história local no momento em que o “local” torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o ‘local’ implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o local se mostre como o próprio objeto de análise, ou então que se tenha em vista algum fator mais transversal à luz deste ‘local’, desta ‘singularidade local’. Outro ponto importante deve ser considerado. O fato de que uma história possa ser compreendida como “história local” não exclui a possibilidade de que esta mesma história se refira a uma totalidade. A História Local não é uma “história em migalhas”, expressão que – ao ser utilizada por François Dosse (1987) em uma crítica contumaz à *Nouvelle Histoire* francesa – mais habitualmente se refere a uma espécie de fragmentação gratuita e desconectada, por vezes por oportunismo editorial, deste ou daquele objeto historiográfico. Tampouco é uma “história em migalhas” a Micro-História, esta outra modalidade que não raramente é confundida com a História Local. Guardemo-nos, portanto, de nos deixar enredar pela falácia de que a História Local, assim como a Micro-História, não é compatível com o projeto historiográfico de trabalhar com a categoria da totalidade⁵.

MOTIVAÇÕES CENTRAIS PARA A HISTÓRIA LOCAL

⁵ Pierre Goubert, por exemplo, chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada precisamente por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (e não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e alguns métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas – mais particularmente as abordagens seriais e estatísticas (GOUBERT, 1992, p.45).



Um bom exemplo de história local que se preocupa com os vínculos do “lugar” em relação a uma totalidade mais ampla, na historiografia brasileira, é o da obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1964), uma obra já clássica na qual Maria Sylvia de Carvalho Franco⁶ empreende uma cuidadosa pesquisa sobre a região do Vale do Paraíba – e ainda mais especificamente sobre a localidade de Guaratinguetá – a partir da qual lança luz sobre aspectos da História Social que até então haviam ficado invisíveis à historiografia tradicional ligada aos estudos de História Agrária. Ao estudar um tipo específico de trabalhador e de figura social que não é nem o escravo nem o senhor de latifúndio, mas sim o homem pobre e livre – categoria mais ampla que abriga tipos diversos como os tropeiros, viajantes, sitiantes, agregados e outros – a autora utiliza a região rural em estudo como um caminho para entender a realidade brasileira do século XIX de maneira mais rica.

Fontes até então não trabalhadas, como os processos criminais, são utilizadas habilmente pela autora para apreender aspectos de uma totalidade mais vasta, tais como as práticas relacionadas às relações interpessoais no seio das camadas populacionais livres e pobres, os modos como a política era vista e sentida pelos homens pertencentes a estes grupos, as relações de compadrio que podiam ser estabelecidas entre alguns destes homens e os fazendeiros mais ricos, ou ainda o complexo entremeado de violência e solidariedade que constitui a vida cotidiana destas comunidades caipiras.

Estes aspectos, ainda que característicos da sociedade local examinada, não estão excluídos de outros espaços no Brasil da mesma época. O lugar, desta maneira, permite iluminar uma sociedade mais ampla, uma totalidade. Ainda que estudando um lugar específico (Guaratinguetá) a autora transcende esse lugar, a ponto de ter contribuído de significativamente para reformular a historiografia sobre trabalho e sociedade no século XIX. O lugar examinado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, portanto, está longe de ser abordado como uma migalha, como o fragmento espaço-temporal que se examina por mera curiosidade. A região torna-se caminho – e não obstáculo – para se entender uma totalidade que a inclui. De igual maneira, um estudo regional como este pode ser útil para retornar a essa totalidade, agora de uma outra forma, e confrontar generalizações redutoras e abusivas ao mostrar uma diversificação de casos que frequentemente é encoberta pelos modelos generalistas⁷.

⁶ FRANCO, 1964.

⁷ Apenas para dar um exemplo entre os estudos análogos, que então se seguem ao estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, podemos lembrar o estudo desenvolvido em *Ao Sul da História*, de Hebe Mattos, uma obra que



A possibilidade, ou não, de se pensar uma relação do lugar abordado pela História Local com conjuntos maiores, que o transcendem (ou com totalidades que o integram), permite entrever quatro motivações básicas que podem levar ao estudo da História Local. Estas motivações fundamentais, em separado, podem sinalizar para caminhos distintos no interior desta modalidade historiográfica, mas elas podem ainda aparecer em combinações diversas em um mesmo trabalho historiográfico. Sintetizamos os quatro aspectos no esquema abaixo.



HISTÓRIA LOCAL E TOTALIDADE

O primeiro aspecto já foi ilustrado. Pode-se fazer história local (investigar um lugar ou uma localidade no espaço e no tempo) com vistas a compreender uma totalidade mais ampla, uma questão transversal de largo alcance, ou uma região mais vasta na qual o lugar pode se ver inserido. Para simplificar, vamos assim definir estas três situações de totalidades que podem interagir com o lugar:

(1) *um tipo de sociedade* (capitalista, feudal, escravista);

(2) *um aspecto transversal* que atravessa o lugar, ao mesmo tempo em que traspassa inúmeros outros (as relações escravistas que atravessavam as diversas regiões do Brasil oitocentista);

examina os lavradores da região do Capivary com uma perspectiva similar, capaz de levar a reflexões mais amplas sobre o Brasil oitocentista (MATTOS, 1985).



(3) *uma região mais vasta* que abrange o lugar (país, continente, planeta).

Em todos e em cada um destes três casos, bem como nas suas combinações possíveis, temos totalidades que envolvem de uma maneira ou de outra o lugar (o local examinado pelo historiador). Pressupõe-se, então, que ao examinar um lugar – ou seja, ao se fazer história local – podemos aprender algo também sobre a totalidade. Uma das situações mais comuns é aquela em que estudamos o local para verificar um todo já conhecido ou mal conhecido. Por exemplo, pode-se escolher examinar uma localidade no Brasil colonial, imperial ou republicano para entender aspectos que dizem respeito ao Brasil Colônia, ao Brasil Império ou ao Brasil República, vistos como totalidade mais ampla.

Exemplo clássico para esse caso, o qual conquistou seu espaço definitivo na historiografia brasileira: foi o já comentado livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os *Homens Livres na Ordem escravocrata* (1964). Nesta obra, é perceptível que a motivação central da autora era mais estudar os homens livres (pobres), do que a comunidade de Guaratinguetá, em si mesma. Na verdade, a autora manifesta claramente o desejo de examinar um aspecto da sociedade brasileira no século XIX – o entremeado de violência e solidariedade que se estabelece em torno de um grupo social, ou de um feixe de grupos sociais distintos, os quais vinham sendo ignorados por uma historiografia redutora que privilegiava quase exclusivamente os pólos mais salientes da sociedade escravista: o senhor e o escravo. Franco expõe no próprio título o objeto de sua vontade historiográfica.

Por constatar, de modo geral, que o mundo rural da sociedade brasileira escravista não se reduzia a estes pólos (o senhor e o escravo), e que as análises historiográficas vinham deixando frequentemente de lado um grande número de homens e mulheres que nem eram senhores, nem escravos, a autora assumiu a tarefa de chamar atenção para esta questão, estudá-la pioneiramente – lançar luz, com isso, para aspectos pouco estudados de uma complexidade social que terminava por ser empobrecida com a tradicional ênfase quase exclusiva nos senhores, nos escravos, e na relação entre os dois grupos. “E os homens pobres e livres?”, pergunta a autora. Para estudá-los adequadamente, e propor ilações que depois poderiam ser estendidas ao Brasil como um todo, a autora decide examinar um local: Guaratinguetá. Este se mostra um caminho oportuno para atingir a área bem mais vasta que é



o Brasil. Iluminando-se esse ponto – este “lugar” – também se pode iluminar, de alguma maneira, uma espacialidade muito mais vasta na qual este lugar se inclui⁸.

Trata-se, enfim, de utilizar a localidade ou a região como patamar para produzir inflexões sobre uma realidade espacialmente mais ampla, como também seria possível partir de um estudo local sobre determinada categoria profissional para apreender aspectos que dizem respeito a esta categoria por toda parte, ou pelo menos em uma área bem maior do que o próprio local examinado. De certo modo, quando a História Local apresenta ou é motivada por esta intenção de se concentrar em um lugar com vistas a atingir uma totalidade mais ampla – por exemplo, o homem livre e pobre de Guaratinguetá para alcançar o brasileiro livre e pobre de todas as localidades em alguns aspectos que lhes são comuns – ela se toca com a Micro-História. Existem possibilidades bem definidas de combinar História Local – o estudo de um lugar – com a Micro-História (a escala mais aproximada, a análise densa das fontes, a atenção ao detalhe). Isso, embora estas duas modalidades não coincidam, e nem sempre estejam associadas uma com a outra.

A HISTÓRIA LOCAL DIANTE DAS GENERALIZAÇÕES

O uso do lugar (da História Local) como caminho para o mais amplo também pode ser instrumentalizado como meio eficaz para testar grandes teorias e generalizações acerca de uma realidade ou referência mais vasta – o Brasil ou o sistema escravista, por exemplo – de modo a verificar se teoria ou a perspectiva que vinha sendo proposta ou adotada pela comunidade de cientistas sociais se aplica mesmo ou se precisa de reajustes. Momentos de especial florescimento para a história local são aqueles em que certos modelos teóricos muito generalizantes parecem dar sinais de fragilidades, ou nos quais, ao contrário, os modelos generalizantes atingiram uma perigosa e estagnada posição a partir da qual não são mais

⁸ Mais tarde, teremos outra obra interessante, parcialmente na mesma direção dos *Homens Livres e Pobres* de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1964). Trata-se do livro *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*, de autoria de Iraci Del Nero Costa (1992). Aqui, a historiadora analisa os mesmos agregados, posseiros e sitiantes que constituem o universo de análise dos *Homens Livres e Pobres* de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Entrementes, vale-se agora de um combinado de quatro regiões (não exatamente sincrônicas) acessadas a partir de diferentes séries de documentos: os censos das províncias de São Paulo e Minas Gerais no século XVIII e início do século seguinte; duas freguesias da Bahia (fins do século XVII) e uma região no Piauí. A experiência, aqui, é a de multiplicar o número de análises locais que permitiriam projetar inflexões sobre a totalidade.



questionados. Nestes momentos, surge a vontade historiográfica de questionar os modelos existentes, de colocá-los em cheque, de verificar se eles funcionam ou se precisam ser retificados – de fornecer elementos novos para que eles possam continuar existindo, ou então para que os velhos modelos pereçam em paz sem que as suas carcaças atrapalhem o livre fluir da historiografia.

No entreguerras e no segundo pós-guerra, por exemplo, era o próprio modelo da tradicional historiografia nacionalista que já vinha sendo questionado. A história baseada exclusivamente na unidade nacional parecera a muitos historiadores a contraface de um desastroso jogo de nacionalismos políticos e belicosos ao qual já tinham assistido em pelo menos duas oportunidades, pela primeira vez em escala continental e mesmo atlântica. Um pouco por isso surgiram novas tendências historiográficas que passaram a privilegiar ou patamares de observação mais amplos ou complexos, capazes de transcender e transbordar o nível nacional (*História Comparada*, *História das Civilizações*), como também uma modalidade que direcionava sua atenção para unidades aquém do nacional. A *História Local* francesa dos anos 1950, por exemplo, assim como a *Geo-História* braudeliana de nível transcontinental, são exemplos respectivos do olhar curto e do olhar longo que rompem com a escala nacional. Quando se muda o ângulo ou o patamar de observação, coisas que até então haviam passado despercebidas podem saltar à vista.

Acontece também, como dizíamos atrás, com as grandes teorias. Quando elas se transformam em doutrinas, em modelos que já não são questionados – ou, então, quando elas se transfiguram em grandes encouraçados que, a despeito ou por causa de seu tamanho, começam a fazer água por todos os lados, soa a hora historiográfica de checar os grandes modelos, de passá-los em revista. Os grandes modelos explicativos podem ser úteis, mas eles precisam ser testados. Na historiografia, não foram raros os momentos em que as ondas de *História Local* contribuíram para banhar os mais duros rochedos teóricos, trazendo-lhes vida onde era possível, quebrando-os onde fosse necessário. Trago a seguir o exemplo da resistência aos modelos que, em certo momento da história da historiografia brasileira, tinham passado a explicar o pacto colonial e o sistema econômico sob a ótica de uma dinâmica linear polarizada pela Colônia e pela Metrópole nas realidades coloniais portuguesa e hispânica.

Historiadores diversos, interessados em apreender a economia colonial brasileira, haviam elaborado quadros de análise bem generalizantes, os quais se apoiavam em um



modelo explicativo que preconizava a presença, em todo território colonial, da monocultura agro-exportadora direcionada única ou preponderantemente para o mercado externo. Neste modelo, o escravo desempenhava um papel bastante específico no seio da *plantation*, um tipo de unidade produtiva que se fazia acompanhar por uma sociedade hierarquizada que parecia favorecer uma visão dicotomizada acerca das posições diametralmente opostas entre senhores e escravos.

Aqui será oportuno evocar uma outra relação interdisciplinar importante, aquela que coloca em interação História e Economia. Os conceitos de escala e de lugar também se aplicam a esta interdisciplinaridade. Existe certamente a Economia do grande e do pequeno espaço, embora seja possível, e na verdade necessário, discutir também a articulação entre estes dois níveis de análise. O grande espaço nacional do Brasil – em relação aos diferentes contextos econômicos, sociais e políticos proporcionados pelos diversos períodos históricos – já vinha sendo bem estudado e discutido por muitos historiadores, sociólogos e economistas. Para o estudo do período colonial, haviam sido elaborados pela historiografia diversos modelos explicativos através de uma longa linha de contribuições que visavam o pleno esclarecimento da história econômica brasileira como uma totalidade – ambição típica de uma historiografia que vinha desde Caio Prado Júnior nos anos 1930 até chegar a historiadores como Ciro Flamarion Cardoso (1973) e Jacob Gorender (1978) em tempos mais recentes⁹. As produções clássicas de Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), embora mais diversificadas em seus interesses para além do esclarecimento da estrutura econômica, também não contestavam o modelo mais geral, que resumiremos mais adiante. Vale lembrar, ainda, no clímax final desta grande linhagem de modelos explicativos generalizantes, o clássico livro de Fernando Novaes sobre *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1979).

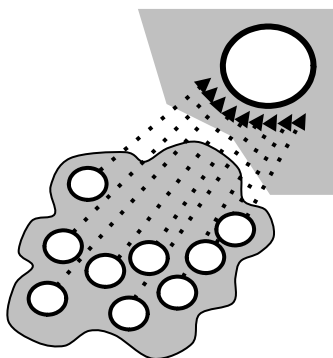
Estes livros notáveis ofereceram por muito tempo grandes modelos explicativos para a história do Brasil no período colonial, constituindo obras admiráveis por sua abrangência e pela sua coragem em enfrentar uma espacialidade muito ampla em busca de um modelo teórico que a explicasse. Com eles, esta parte da história nacional encontrava pela primeira vez uma explicação vigorosa, ampla, produzida pelos nossos próprios historiadores. Basicamente, os modelos explicativos procuravam estabelecer uma leitura de escala em nível

⁹ Os três autores empenharam-se em definir o sistema escravista no Brasil e nas Américas como um modo de produção específico. Cardoso e Gorender o chamam de Modo Escravista-Colonial.



nacional (ou melhor, relativa à totalidade do território do Brasil-Colônia), na qual a América portuguesa era retratada como colônia mercantilista que – através de uma rede de unidades estruturadas como latifúndios escravistas¹⁰ – produzia para a exportação em favor da acumulação do capital externo. Tudo o mais, se havia, ficava invisível nestas análises, ou, ao menos, era relegado ao segundo plano.

Esse conjunto de teorias sobre o período colonial-escravista (ou imperial-escravista, para incluir o período seguinte), implica uma perspectiva própria de espaço. Se há de relevante apenas uma linha de comunicação entre Colônia e Metrópole, através da qual todas as partes do sistema devem se voltar diretamente para o centro metropolitano que se beneficia da extração das riquezas coloniais, então as comunicações das partes entre si inexistem historicamente ou se tornam irrelevantes. O modelo espacial daí decorrente, conforme observam criticamente muitos geógrafos e economistas, seria simplificável em uma forma que alguns autores denominam “espaço-arquipélago”¹¹. Nesta forma espacial parecem inexistir os espaços inter-regionais: as suas vias de comunicação se invisibilizam porque não são mais necessárias à explicação histórica, ou então são supostas como irrelevantes para o modelo econômico. No caso, as partes da colônia comunicam-se direto com a Metrópole e com ela promovem seus intercâmbios, em favor da última. O modelo espacial proposto pode ser esquematizado conforme a figura abaixo:



10 A plantation era a um só tempo uma fazenda que visava o cultivo do produto, e um engenho que assegurava o seu beneficiamento no próprio local.

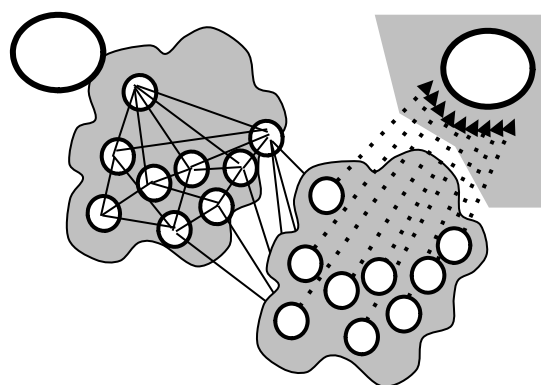
11 Cfe. MOREIRA, 2014-a, p.63; CASTRO, 1980.



Quadro 2: *O Espaço-Arquipélago*

No modelo estabelecido pela imagem do “espaço-arquipélago”, existem dois grandes pólos: de um lado, uma grande massa partilhada por pontos menores pode ser esquematizável como um conjunto de ilhas que reportam, cada uma delas, a um ponto maior e central no continente, o qual constitui o outro pólo da representação espacial. O mar que cerca cada ilha – e que ao mesmo tempo as separa uma da outra e as une em um destino comum – desautoriza a formação de uma rede de trocas e de comunicação entre elas. Existem, sim, grandes linhas diretas de navegação (ou de comunicação) entre o grande continente e cada uma das ilhas, mas elas, entre si, não se comunicam de modo algum, ou então o fazem de modo totalmente irrelevante.

As ilhas, assim, não se mostram recobertas por uma rede visível de rotas no interior do arquipélago. Se uma delas possuísse algum item a ser enviado para outra, precisaria passar primeiro pelo ponto central no continente. O modelo ignora as possibilidades de ligações das partes entre si, supondo que cada qual seguirá a norma de se comunicar apenas com o ponto central. De igual modo, o arquipélago não se comunica com outros arquipélagos (o arquipélago colonial português não estabelece vias de ligação com o arquipélago colonial hispânico). Enfim, desaparecem todas ligações internas que poderiam existir, e os espaços de proximidade entre os arquipélagos vizinhos são simplesmente ignorados. Em nossa já referida metáfora musical, este modelo monódico corresponde à redução de toda uma sinfonia a um mero canto gregoriano.





Quadro 3: *A realidade oculta sob o Espaço-Arquipélago*

A realidade histórica, todavia, é complexa. No período considerado, existiam, por exemplo, intensos intercâmbios em áreas de fronteira como as que punham em contacto o Rio Grande do Sul e as colônias hispânicas da região do Prata, da mesma forma que as áreas do Oeste se comunicavam com as colônias hispânicas que lhes ficavam próximas. Mas o principal é que havia uma grande diversidade de intercâmbios possíveis ente as áreas internas à própria América Portuguesa. Contudo, todas estas múltiplas ligações, ao lado de uma grande dinâmica interna, são ignoradas no modelo simplificado de ligação das áreas coloniais com a Metrópole. Pode-se dizer que o modelo só considera relevante um único fluxo, desprezando todos os demais. Já nem mencionaremos o aspecto da diversidade da produção, ainda mais crítico. Ao priorizar a *plantation* – unidade de produção e trabalho que se torna nuclear para as relações agro-exportadoras – o modelo praticamente mergulha na sombra ou penumbra as demais formas produtivas, inclusive aquelas que são muito específicas de certas áreas internas. É importante lembrar ainda que a imagem do “espaço-arquipélago”, e sua rejeição crítica, tanto pode ser empregada para chamar atenção para as análises que isolam as pequenas regiões umas das outras (as diferentes porções do espaço que nomeamos como regiões ou localidades), como também pode ser evocada com referência à separação radical de uma economia em esferas funcionais que não se comunicam (a agricultura do café ou do açúcar, a extração mineral, o extrativismo vegetal, e assim por diante).

Há análises que reconhecem o mosaico de regiões que recobrem o espaço colonial e que as transformam, a cada uma delas, em ilhas; e há análises que reconhecem as diferentes esferas de produção – as macro-formas que correspondem às diferentes modalidades de produção e de ambientes – mas que também podem tratá-las (ou não) como ilhas. De todo modo, é sempre importante ter em vista a espacialidade gerada pelas macro-formas produtivas. Para o recorte que nos interessa, registremos a descrição geográfica elaborada por Ruy Moreira para este período da história brasileira:



“Ao longo da faixa costeira, em geral ao abrigo de baías e estuários, alojam-se as diminutas porções do espaço urbano, cidades-portos que abrigam os aparelhos de Estado da Coroa e da colônia. Ao seu redor estende-se o espaço agrícola, descontínuo igualmente, que abriga as *plantations* e as policulturas de subsistência. Contorna-o um grande arco que avança ilimitadamente pela hinterlândia o espaço pastoril, incorporando aqui e ali ao seu tecido a policultura de resistência e os centros de mineração. Embutidos no tecido do espaço pastoril sob forma de ‘nebulosas de núcleos de mineradores’, no dizer de Caio Prado Jr, dispersas e distanciadas umas das outras, temos o espaço minerador. Nos limites territoriais da longa fronteira norte, por fim, fica o espaço extrativo vegetal amazônico” (MOREIRA, 2014-a, p.64).

Essa leitura atenta aos grandes espaços da produção – os quais em algumas áreas mostram-se acordicamente entremeados, e que constituem um mapa diversificado das modalidades produtivas – deve amparar uma análise inicial à qual não se furtaram, é preciso reconhecer, os grandes teorizadores do modelo escravista-colonial. Daí para diante, por outro lado, cada teoria procura enfatizar aquilo que considera relevante. Podem ser criadas zonas de sombra e de penumbra, conforme esta ou aquela análise, assim como podem ser iluminados certos aspectos, e não outros. Pode-se, ainda, entender a economia nos termos de um “produto rei” que predomina sobre os outros (MOREIRA, 2004).

Retornemos, por ora, aos grandes modelos explicativos sobre a economia colonial brasileira que se tornaram predominantes até a década de 1970, e mesmo além. Antes de prosseguirmos, e para honrar a cuidadosa pesquisa por eles empreendida, é importante ressaltar que alguns dos autores que propuseram o modelo generalizante de explicação para a colônia escravista-plantacionista, como foi o caso de Jacob Gorender (2002), não deixaram de reconhecer a existência significativa de unidades não-plantacionistas. O que eles propunham, contudo, é que essas unidades produtoras de outros tipos (as outras áreas econômicas, por exemplo) passaram a girar em torno da economia da *plantation*, e mesmo a se modelar em função dela. De igual maneira, os modelos generalistas sustentavam que o trabalho escravo se irradiava de modo geral pela sociedade, aspecto que se amparava em uma análise que tende a eclipsar os outros tipos de trabalhadores, como aqueles homens pobres e livres estudados na já discutida pesquisa de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1964). Por fim, o ritmo interno da economia colonial afina-se – como se estivéssemos diante de uma bem ensaiada sinfonia –



com o ritmo externo da economia europeia, uma vez que, fundamentalmente, é a relação do conjunto de plantations com a Metrópole quem comanda todo o sistema.

A crítica a esse modelo simplificador e generalizante que, durante tantos anos, hierarquizou a *plantation* escravista-exportadora como a única modalidade relevante de produção – desmotivando inclusive o estudo de outros aspectos da sociedade colonial – não tardaria a se afirmar cada vez mais sistematicamente na historiografia brasileira. Com o desenvolvimento de uma cada vez mais diversificada historiografia trazida por uma crescente população de historiadores profissionais, portadores de novos olhares e novos métodos, estes impecáveis modelos explicativos terminaram, a certa altura, por se confrontar com limites que só conseguiriam ser contornados pelas teses brasileiras de pós-graduação que começaram a surgir nas últimas décadas do século XX, boa parte delas voltadas para o estudo das realidades locais dos períodos colonial e imperial.

As investigações históricas em nível local ou regional, espalhadas pelo Brasil historiográfico de a partir dos anos 1980 ou mesmo antes, permitiram que fossem verificados mais sistematicamente inúmeros fatores significativos que caracterizavam a sociedade brasileira colonial ou imperial. Entre estes, podemos lembrar algumas temáticas e problemas que tinham ficado à penumbra na anterior historiografia de escala nacional: a importância do mercado interno, a eventual diversificação de culturas agrícolas, o papel dos homens livres e pobres na economia e na sociedade escravocrata, as estratégias de negociação dos escravos no interior da sociedade que os oprimia e do sistema econômico que os incorporava como força de trabalho¹².

As temáticas acima citadas haviam sido relegadas ao segundo plano na busca pelos modelos explicativos monódicos e generalizantes, válidos para todo o território colonial brasileiro, mas agora os novos historiadores atiravam-se avidamente a elas, como

12 Neste momento, estamos mais interessados nas críticas aos modelos explicativos de nível nacional que puderam ser encaminhadas pelo desenvolvimento de uma historiografia local e regional sobre o Brasil Colônia. Entrementes, já ressaltamos que, em todos os momentos em que ocorre uma estagnação em algum nível de análise, as leituras em níveis de escala mais abaixo ou mais acima tornam-se importantes fontes de renovação. Um exemplo de análise renovadora em nível de abrangência mais amplo que o nacional foi trazida, ainda 1969, pelo historiador britânico Charles Boxer (1904-2000). Em *O Império Colonial Português (1415-1825)*, ele contribui para libertar a leitura do Brasil-Colônia da dicotomia linear Portugal-Brasil (Metrópole-Colônia), ao inserir a América Portuguesa nos quadros mais amplos do Império Colonial Português. Enquanto isso, Russell-Wood (1940-2010), um pouco mais tarde (1977), combinou a análise de nível local realizada em torno da Câmara municipal de Vila Rica (século XVIII), e uma análise de nível imperial convergente, de modo a vencer as limitações da análise de nível nacional.



conquistadores ávidos por descobrir mares novos. Assim que começaram a ser realizadas, estas mesmas dissertações e teses também passariam a revelar toda uma diversidade interregional que os grandes modelos econômicos explicativos nem sempre previam, ou que de certo modo deixavam escapar. De um lado, as regiões e localidades davam mostras de possuírem cada qual as suas especificidades, ao mesmo tempo em que as relações recíprocas entre estas diversas regiões também geravam as suas próprias especificidades. No conjunto maior, o do país, toda esta diversidade também pulsava intensamente sob o quadro aparentemente dicotômico que opunha Colônia e Metrópole.

Nesta lavra de pesquisas que concentraram na região um olhar capaz de retificar as leituras vigentes sobre a realidade nacional – e a menção de obras aqui tem apenas valor exemplificativo – estão importantes trabalhos sobre a economia brasileira do período colonial. Para a presente discussão, eles interessam porque foram pesquisas voltadas para a localidade ou para regiões construídas em um nível mais amplo (mas nunca o país inteiro). Entre estes novos trabalhos – locais ou regionais – citaremos a obra de Kátia Mattoso intitulada “Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX” (1978), bem como a de Douglas Libby que aborda a “Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX” (1988).

Vejamos, por ora, e apenas a título de exemplo, outra obra que representa um marco bem importante para a historiografia econômica brasileira mais recente: o estudo de João Fragoso intitulado *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830* (1998). Investigações como esta – assim como a de Kátia Mattoso sobre a cidade de Salvador e muitas outras que poderiam ser citadas – permitiram precisamente à nova historiografia econômica brasileira apreender aquilo que habitualmente ficava de fora nos tradicionais modelos de análise. Estes, como já ressaltamos, eram modelos ao mesmo tempo generalizantes e simplificadores. Tanto insistiam em enxergar todas as relações econômicas sob a perspectiva exclusiva da polarização Colônia-Metrópole, como também tendiam a avaliar todas as relações sociais no interior do binômio senhor-escravo.

Pesquisas como a de João Fragoso sobre os *Homens de Grossa Aventura* (1998), ao lado de muitas outras que poderiam ser mencionadas, mostram que foi com as investigações historiográficas de âmbito local ou regional – frequentemente aliadas a uma História Serial



que passou a examinar de forma sistemática amplas séries documentais – que se tornou possível apreender os diversos ritmos internos da economia colonial, suas assincronias em relação ao mercado internacional, suas diversidades regionais, e, ainda, suas complexidades irreduzíveis ao já desgastado e generalizador modelo que procurava retratar a economia colonial brasileira como um sistema exclusivamente escravista e agro-exportador, diretamente dependente dos centros europeus. Visando examinar as formas de acumulação que perpassam a economia colonial brasileira em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, João Fragoso elege como locus privilegiado de observação o funcionamento do mercado do Rio de Janeiro. A escolha de um mercado, de um lugar específico, é o que permite abraçar um universo mais extenso de fontes, trabalhado serialmente. Documentação portuária, escrituras de compra e venda, inventários e testamentos foram abordados em uma análise entrecruzada de séries com a qual se propõe partir do local para colocar em cheque as análises globais até então predominantes na historiografia brasileira sobre o período.

O que se empreende nesta obra é mais uma das contribuições à vigorosa crítica historiográfica em relação aos antigos modelos explicativos da economia colonial, alcançada agora através da exposição de uma série de novas complexidades que se tornam bastante claras a partir de uma pesquisa empírica amparada em análises seriais de uma vasta documentação. A combinação da vastidão documental, articulada em séries cruzadas, com a concentração atenta a um local, é o que permite esta empresa historiográfica. Sua filosofia de trabalho: a perspectiva de que o local pode contribuir efetivamente para corrigir os desvios, deformações e impropriedades das análises globais que se furtaram, pelo menos em algum momento, ao mergulho intensivo em alguma documentação concentrada regionalmente. A crítica à águia, feita pelo mergulhão-de-crista.

A primeira complexidade a ser examinada é a de que a economia colonial brasileira apresenta através dos números levantados um complexo jogo de ajuste e desajuste em relação ao ciclo econômico internacional. Ao invés de uma economia atrelada ao ritmo internacional, o autor vem mostrar que – ainda que esta sintonia se expresse em muitas oportunidades – a economia colonial brasileira também tinha seus ritmos próprios. A consciência de que os ritmos coloniais não se ajustam inteiramente e em todos os momentos às tendências internacionais já vinha sendo expressa através das pesquisas de Kátia Mattoso, que examinara através de uma sistemática metodologia quantitativa os preços na Bahia do mesmo período,



demonstrando seu comportamento de acordo com ritmos próprios (MATTOSO, 1973, p.167-182). Assim, enquanto os preços europeus haviam sofrido uma inflexão geral “para cima” entre 1810 e 1815, até atingir neste ano a crise mundial que inaugura uma fase depressiva, esta inflexão só ocorreria na Bahia a partir de 1822.

O objetivo de Fragoso é análogo: demonstrar que também o Rio de Janeiro tinha seus ritmos próprios. O recorte da pesquisa situa-se no enquadramento de um “ciclo de Kondratieff” que tem uma “fase A” positiva entre 1792 e 1815, e uma fase negativa (B) entre 1815 e 1850¹³. Contudo, se por um lado verifica-se a sintonia entre uma expansão econômica brasileira e a ampliação do comércio no plano internacional, já para o período seguinte (a fase B) esta sintonia não se verifica. Entre 1815 e 1817, ocorre uma crise mundial que se expressaria sob a forma de uma depressão econômica até 1850, afetando diretamente os preços do açúcar e do algodão. Conforme a interpretação clássica, a montagem da economia cafeeira apresenta-se como uma resposta ao declínio destes produtos e à conjuntura econômica internacional desfavorável.

O modelo confrontado e criticado pelo autor (e mais especificamente considerando o contexto específico das transformações que se dão na passagem do século XVIII para o século XIX) é o da economia colonial exclusivamente fundada na monocultura exportadora, destinada a fornecer excedentes para as economias centrais europeias.

Segundo este modelo, não haveria lugar na colônia para um mercado interno suprido por produções locais – ou, ao menos, um mercado interno não teria maior importância nesse sistema – nem haveria grandes possibilidades de acumulações endógenas, a não da parte dos plantacionistas que intermediavam a relação econômica principal entre a Metrópole e a Colônia. Tampouco o sistema poderia comportar ritmos econômicos próprios, desvinculados das economias que dominavam o mercado internacional (FRAGOSO, 1998, p.16-17). Entrementes, são precisamente estes aspectos que João Fragoso verifica a partir da realidade local por ele examinada, mostrando, por exemplo, que o comportamento da economia colonial não pode ser medido apenas pelo seu desempenho do setor exportador. Assim, contra uma

¹³ Os ciclos Kondratieff – com suas fases de prosperidade e depressão – teriam durações entre 40 a 60 anos para cada repetição. A obra que os discute mais diretamente – *As Longas Ondas da Conjuntura* – foi escrita por Kondratieff em 1926, examinando a série maior de ciclos entre 1790 e 1920 com referência às variações de preços em três países: Estados Unidos, França e Inglaterra. Schumpeter e outros economistas aperfeiçoaram este instrumento de análise, introduzindo novos fatores de complexidade, incluindo autores marxistas como Ernest Mandel.



queda de preços de produtos ligados ao setor exportador, como o açúcar branco, João Fragoso demonstra uma realidade bem diferente relativa aos produtos coloniais de abastecimento que desembarcam no porto do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998, p.20).

Sintetizando a questão, o mercado interno colonial produz os seus próprios ritmos, os quais interagem de muitas maneiras com os ritmos ditados pelo mercado internacional, respondendo ou resistindo a eles. O mercado interno é uma realidade efetiva. Conforme as palavras de Fragoso, “a economia colonial é um pouco mais complexa do que uma *plantation* escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais” (FRAGOSO, 1998, p.21). Na verdade, a pesquisa realizada demonstra que o mercado interno teria então se tornado até mesmo central, adquirindo a capacidade de impulsionar a economia, mais ainda do que as unidades produtivas exportadoras.

Ao lado disso, demonstra-se que as regiões e localidades tinham as suas singularidades próprias. No Rio de Janeiro, região estudada pelo autor, os chamados Homens de Grossa Aventura, que dão o título à obra e que eram os comerciantes voltados tanto para o mercado interno como para o mercado externo, constituíam o grupo social mais bem sucedido, de maior influência política e de maior poder social. Os homens de grossa aventura se elevam, através do mundo dos negócios, acima dos tradicionais proprietários de terras e de escravos. É todo um antigo modelo interpretativo, simplificador, que aqui se questiona. Mais ainda, diante da verificação empírica de uma flexibilidade da economia colonial que a permite confrontar-se à queda de preços internacionais e à retração da exportação, Fragoso identifica a possibilidade de realização de acumulações endógenas no espaço colonial, um dos objetivos centrais de seu estudo. Questionam-se, também, as postuladas relações de estrita dependência que, segundo antigos modelos explicativos, estariam presentes nas relações da economia colonial com a Metrópole.

Nosso objetivo, ao trazer o exemplo desta obra, não foi o de analisar seu mérito ou de nos situarmos diante do debate, com posição a favor de um ou outro lado. Almejamos apenas mostrar como a análise do local ou da região pode ensejar novas leituras para antigos problemas. Vale ressaltar, por outro lado, que a investigação de Fragoso se refere mais especificamente à virada do século XVIII para o século XIX – um período de crise do antigo sistema colonial. Para os três séculos anteriores de colonização da América portuguesa, o modelo de análise econômica proposto por Caio Prado Júnior (1942) e seguido de perto por



Celso Furtado (1961) e Fernando Novais (1979) conservaria considerável poder explicativo, ou deveria ser confrontado em outras bases (novos mergulhos em um outro espaço-tempo).

Existe, por isso mesmo, a crítica a um aspecto da análise de João Fragoso como mais um erro de generalização (uma nova generalização!), uma vez que o autor parece sugerir que suas conclusões sobre o predomínio do capital mercantil e do mercado interno na realidade colonial seriam extensíveis a toda a história colonial, quando na verdade a pesquisa estabelece seu marco em 1790, um momento que introduz uma nova conjuntura na história da colônia. Conforme esta crítica, ler toda a história do Brasil durante o período colonial a partir dos dados desta pesquisa que tem seus limites tão bem definidos, e formular inflexões destinadas a corrigir um antigo modelo global substituindo-o por novas generalizações, seria deixar inadvertidamente que se aninhe na análise o famoso cuco historiográfico do anacronismo: a impropriedade de se tecer considerações para um período com base em dados somente aplicáveis para um período subsequente. De todo modo, as obras de João Fragoso e Kátia Mattoso foram aqui evocadas apenas como suporte exemplificativo. Outras investigações, ao confirmarem que a expansão do mercado interno brasileiro podia ser generalizável como fenômeno, dariam também a perceber que esta expansão é desigual nas diversas colônias. Temos, então, modelos retificando modelos. A historiografia se move. Como o rio que corre, recusando-se a se converter em um mero sulco de águas paradas¹⁴.

Todo o vasto conjunto de pesquisas locais que abordaram o aspecto econômico do Brasil escravista, e que constitui apenas uma entre tantas temáticas que poderiam nos servir para exemplificação, constituem sintomas claros da revitalização – a partir de uma atenção especial ao local – de uma historiografia brasileira que expressa a vontade historiográfica de se libertar de modelos fechados e irredutíveis. Assim como no Brasil, em diversos países ocorreram movimentos similares na historiografia. Muitos dos antigos modelos explicativos que antes buscavam dar conta da totalidade da economia em nível nacional, e que, nesta operação, apoiavam-se em generalizações por vezes abusivas, começaram a ser confrontados através da realização de trabalhos empíricos realizados ao nível regional, os quais obrigaram a

¹⁴ Ocorreram também réplicas direcionadas contra as críticas de João Fragoso e outros historiadores do mesmo circuito com relação ao antigo modelo de compreensão da economia do Escravismo Colonial. Vale lembrar que, após a primeira edição de *Arcaísmo como Projeto*, lançada pela Editora Diadorim, esta obra de João Fragoso e Manolo Florentino foi lançada pela Civilização Brasileira (2003), já trazendo modificações substantivas e que já resultaram de algumas críticas recebidas pelos autores.



sérias revisões relativamente aos modelos generalizantes que antes vinham sendo admitidos sem contestação.

Será oportuno acrescentar uma última leitura do problema, que servirá de balanço final. O Brasil-Colônia era certamente uma realidade complexa. Tomando uma metáfora emprestada à Música, podemos considerar esta realidade complexa como um poliacorde (um acorde com muitos andares, cada qual formado por outros acordes). Consideraremos, nesta interação acórdica, o acorde econômico, o acorde social, e o acorde espacial. No âmbito da metáfora do poliacorde (ou do acorde complexo), podemos dizer que as análises generalistas e mais simplificadoras – em que pese o fato de terem proporcionado uma leitura proveitosa e mais fácil de certos aspectos – desprezaram, no conjunto, algumas notas importantes do acorde que revelaria a realidade examinada em toda a sua complexidade.

No acorde social, vimos que algumas análises da historiografia mais generalista praticamente só consideraram relevantes duas notas ou patamares: a base e o topo. Vale dizer, senhores e escravos. Por isso, surgiram pesquisas como a de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1964), já discutida, voltadas para enfatizar algumas notas importantes do acorde social que haviam sido negligenciadas, e que correspondem aos homens livres e pobres. O acorde social formado só pelos senhores e escravos é um acorde oco, com lacunas relativas a diversas vozes sociais que foram invisibilizadas, ou que se tornaram inaudíveis. Escutar as outras vozes que soam de dentro desta complexa sociedade é também importante.

No acorde econômico, vimos em algumas teorias mais generalizantes a visibilidade exclusiva atribuída ao pacto colonial, o qual unia em uma prática integrada as unidades monocultoras e o centro metropolitano. Trata-se de um intervalo certamente importante (o intervalo, na Música, é uma relação entre duas notas). O acorde econômico do Brasil-Colônia, contudo, não se reduzia apenas a estas duas notas, por mais importantes que tenham sido, ou mesmo as mais importantes. Uma nota crucial, conforme vimos, a qual adquire maior destaque a certo momento, era o chamado ‘mercado interno’. Este não pode deixar de ser escutado, sob o risco de não percebermos a música toda. Minimizar o mercado interno é deixar de dar a perceber um fluxo importante da espacialidade colonial.

Por fim, temos o acorde espacial. Considerar apenas duas notas do acorde social – o senhor e o escravo – e, ao lado disso, apenas o intervalo econômico estabelecido entre as



plantations monocultoras exportadoras e a Metrópole, leva à percepção parcial do espaço. Para o período de predomínio da monocultura do açúcar, uma tal análise deixa ecoar principalmente a espacialidade do litoral nordestino. Para o período do café, a análise generalizante faz ressoar o sudeste cafeeiro. Durante todo o período colonial e imperial, entretanto, espacialidades variadas tiveram o seu lugar. Do sertão aos pampas, do pantanal às zonas portuárias, o acorde espacial do Brasil colonial e imperial apresenta e abriga uma realidade múltipla na qual as suas partes se relacionam através de fluxos diversos – comerciais, migratórios, culturais. Estes espaços acolhem uma sociedade diversificada, uma variedade humana importante que se integra a atividades econômicas várias e na qual se entrecruzam contribuições culturais diversificadas. Pensar acordicamente, conforme propusemos com esta metáfora, é pensar simultaneamente a totalidade e a complexidade.

O ESTUDO DO LUGAR EM SI MESMO

Se a História Local ou a História Regional podem trazer benefícios tanto para a crítica contra as grandes generalizações já em voga, como para a possibilidade de se pensar novos modelos gerais a partir dos aspectos estudados em nível local, é inquestionável que muitas das motivações para se escrever História Local decorrem da necessidade de preencher lacunas historiográficas ou de atender a demandas internas. As duas linhas de motivações são próximas, e podem ser discutidas em conjunto. Não é raro que os trabalhos de História Local se enquadrem, ou que mesmo sejam suscitados, no interesse do progresso contínuo dos grandes painéis historiográficos. Estuda-se a região ou a localidade, em muitos casos, porque ela ainda não foi estudada, ou porque foi pouco estudada, ou ainda porque – embora já muito estudada – não foi examinada no que concerne a algum aspecto em especial. As investigações de História Local, enfim, também podem visar o preenchimento de lacunas. Assim como a História procura recobrir todos os recortes de tempo possível, não é de se estranhar que a historiografia também almeje cobrir todos os espaços imagináveis e, dentro dos mesmos espaços, todos os problemas possíveis.

Por vezes, existem projetos historiográficos mais amplos, financiados ou apoiados por instituições de pesquisa, nos quais um metucioso xadrez de localidades é sistematicamente estudado por pesquisadores diversos, cumprindo notar que projetos como estes se unem em uma perspectiva mais ampla com outros, de modo a configurar uma grande divisão de tarefas na comunidade de historiadores. Realiza-se, através da História Local – e do estudo de todas



as localidades possíveis – a premissa de que “Tudo é História”. Para a História Local, todos os lugares têm a sua história, e essa história merece ser contada. As demandas dos vários locais para que se escrevam suas histórias é infinda, e só isso já assegura à História Local um lugar na Historiografia. É importante lembrar que, caso a historiografia profissional não se ocupasse da História Local, estas demandas continuariam a ser preenchidas por cronistas modernos e historiadores diletantes, por vezes sem a devida formação teórico-metodológica.

COMBATES CONTRA A FALÁCIA DA REGIÃO DADA PREVIAMENTE

Reconhecidas as grandes linhas de motivações que podem presidir à escolha da História Local como caminho ou como fim em si mesmo, podemos retornar a um aspecto teórico-metodológico de vital importância, ao qual já nos referimos no item no qual abordamos o surgimento da história local nos anos 1950. A História Local a cargo de verdadeiros historiadores impõe que nos prevenamos de nos enredar em uma nova falácia. Conforme já vimos, nenhuma “localidade”, “região”, ou “área” – se quisermos empregar uma terceira expressão – está dada previamente. Não devem existir, para o historiador, regiões que se imponham a ele como espaços já dados de antemão.

Deve-se se ter sempre em mente que a região ou a localidade dos historiadores não é a localidade dos políticos de hoje, ou da geografia física, ou da rede de sítios administrativos em que foi dividido o país, o estado ou o município. Toda região ou localidade é aqui, necessariamente, um “lugar”, no sentido mais sofisticado desta expressão; uma construção, enfim, do próprio historiador. Se esta construção vier a coincidir com uma outra construção que já existe ao nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância. De fato, o historiador poderá tomar a cargo de sua pesquisa inúmeros objetos culturais, políticos, econômicos, demográficos, ou, o que ocorre mais amiúde, aqueles objetos estabelecidos a partir de combinações entre estas dimensões ou outras. Cada situação, objeto ou problema de estudo poderá requerer dele que elabore suas próprias “áreas” e “localidades”, por vezes bem distintas em relação às localidades previstas na literatura geográfica tradicional ou nos atuais quadros institucionais-administrativos.

O objeto constituído pelo historiador pode exigir que ele quebre uma determinada unidade geopolítica tradicional, que misture o pedaço de uma com o pedaço de outra. Para um historiador, a região não será tanto aquilo de onde a pesquisa partirá, mas sim aquilo mesmo



que a pesquisa pretende produzir historiograficamente. A região, para a operação historiográfica, não é ponto de partida; frequentemente é o ponto de chegada. A própria História Local francesa dos anos 1950 e 1960, em que pese a sua importância e pioneirismo, mereceu da historiografia das gerações seguintes reparos importantes no que se refere à necessidade de se prevenir contra os problemas decorrentes do gesto de compartimentar a realidade espacial de uma vez para sempre. Também os geógrafos, a exemplo de Yves Lacoste e outros (1972), reforçaram a idéia de que as regiões não estão dadas de antemão, como parecia se depreender dos antigos *Quadros pra a Geografia da França* (1903). Para a História, em especial, este velho logo modelo começou a apresentar dificuldades incontornáveis. Com o atrelamento acrítico do território que o historiador constitui a uma região pré-estabelecida – seja esta a região administrativa ou a área técnica estabelecida pela tradição geográfica escolar – corre-se o risco de se inviabilizar uma série de objetos históricos não ajustáveis a estes limites.

A mesma comodidade arquivística que um dia pôde favorecer ou viabilizar um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o para dar conta sozinho de seu objeto sem abandonar o seu pequeno recinto documental – poderia empobrecer sensivelmente as escolhas historiográficas nos dias de hoje. Certa prática cultural, para trazer o exemplo da conexão entre História Local e História Cultural, pode demandar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região administrativa ou geográfica no sentido escolar tradicional. A região constituída pelo historiador também não precisa sequer coincidir com áreas econômicas mais tradicionais, uma vez que aquilo que está por ser pesquisado pode ser alternativamente relacionado à produção, ao consumo, à circulação, ao imaginário econômico ou a inúmeras das instâncias que são investigadas pela História Econômica, para além dos objetos mais tradicionais da Macro-Economia.

É preciso, portanto, que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. Algumas perguntas se impõem. A região (ou o espaço que se pretende erigir em região) corresponde a um espaço homogêneo, ou a uma superposição de espaços diversos (e, neste



caso, teremos espaços superpostos em fase ou em defasagem)? Existe um fator principal que orienta o recorte estabelecido pela pesquisa? Está se tomando a região como uma área humana que elabora determinadas identidades culturais, que possui uma feição demográfica própria, que produz certo tipo de relações sociais, que organiza a partir de si determinado sistema econômico? O critério norteador coincide com o de região geográfica? Com o político-administrativo? Se é um critério administrativo, é o critério administrativo de que tempo – o do historiador, ou o do período histórico examinado?

Além de se pensar a região como decorrência dos elementos que a dotam de certa permanência, pode-se defini-la, em certos casos, muito mais por uma dinâmica que a introduz em movimento do que por aspectos mais propriamente estáveis. Neste caso, a região pode ser apreensível como um espaço no qual são produzidos ou se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço no qual se desenrola determinado movimento social. Aqui, o espaço passa a ser visto como o cenário da “luta de classes”¹⁵, e portanto a expressão mais concreta de um modo de produção historicamente determinado que produz estas relações de classe, mas também as lutas que se dão entre os diversos grupos sociais e os diversos modos de vida. A região construída ou apreendida pelo historiador, portanto, deixa de ser um dado externo à sociedade para passar a ser encarada como algo produzido a partir do próprio processo social examinado.

HISTÓRIA REGIONAL OU HISTÓRIA LOCAL?

Neste momento já temos elementos teóricos e exemplos empíricos suficientes para nos pormos a refletir, mais confortavelmente, a respeito da possibilidade de distinguir a História Local da História Regional. Deve-se destacar que é muito mais fácil distinguir a Micro-História da história Local (ou da História Regional), do que diferenciar História Local de História Regional. A Micro-História trabalha com a escala. A História Regional e a História Local, se é que é possível distingui-las, referem-se diretamente ao espaço sobre o qual se produz a operação historiográfica. Pode haver uma interseção entre as perspectivas local e micro-historiográfica – o que não é impossível de ocorrer, mas não ocorre necessariamente – mas as duas modalidades sempre estarão referenciadas por dois conceitos distintos: no caso da

¹⁵ Para além de um cenário onde se desenrola a luta de classes, o espaço também poderá ser visto simultaneamente como um produto e um meio da luta de classes, tal como propõe Alain Lipietz: “a estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e sendo essas lutas de classes, a estruturação do espaço é luta de classes não somente no sentido de que ela é o produto, mas de que ela é também um meio” (LPIETZ, 1977, p. 26; e MARTINS, 1987, p.28).



Micro-História, a escala; no caso da História Local ou da História Regional, o espaço (na verdade, pequeno espaço, seja este a localidade ou a região).

Discutir uma possível distinção entre História Local e História Regional é uma operação teórica um pouco mais ambígua, uma vez que nem todos os idiomas historiográficos apresentam estas duas expressões como designativas de modalidades históricas distintas. Na França, por exemplo, sempre se falou em “História Local”, e nesta designação enquadram-se tanto pesquisas que no Brasil poderiam se relacionar à História Local, como pesquisas que poderiam se relacionar mais propriamente à História Regional. De fato, para a historiografia brasileira, o simples recorte espacial-localizado não implica necessariamente em História Regional.

Porque não aproveitar a riqueza da língua portuguesa, que abriga as duas expressões – “história local” e “história regional” – para definir o “regional” como aquilo que se refere ao lugar integrado a um sistema, embora dotado de sua própria dinâmica interna? A ideia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema – com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo (por exemplo, as várias regiões econômicas ou políticas que, no período do escravismo colonial, ligam-se a este sistema nacional mais amplo, a uma rede comercial mais abrangente, ou a qualquer outra realidade que termine por se apresentar como um sistema de sistemas).

Em contrapartida, o “Local” poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo). Quando examino a literatura de cordel de certa comunidade, com vistas a compreender certa conexão entre este gênero cultural a determinados aspectos que podem ser políticos, culturais, econômicos, ligados ao imaginário ou às mentalidades, relativos a certas heranças culturais trazidas por movimentos demográficos específicos, posso estar trabalhando mais propriamente com uma História Local do que com uma História Regional (nem sempre, mas é uma possibilidade). Isto porque, neste momento, não estou interessado em trabalhar a localidade como um sistema, como uma totalidade social, como um sistema ancorado no espaço que se liga a outra espacialidade mais ampla. A localidade, nestes casos, é tratada mais como “lugar” do que como “região”.



É importante, de todo modo, conservar o sólido conselho da maior parte dos grandes geógrafos contemporâneos, de Yves Lacoste e Milton Santos, sem mencionar outros mais recentes. O que dá uma identidade ao local, ou o que permite mesmo este local, nunca está apenas no próprio local. Ressonâncias diversas que ajudam a construir o acorde geográfico local podem sobrevir também de redes distantes de relacionamentos, de influências externas já esquecidas, ou – no caso das sociedades mundializadas, de intrincadas conexões que se fazem presentes a todo instante. Para o primeiro caso, o das ligações pouco percebidas, e que às vezes se perdem no tempo e se esvaem tanto da memória como dos registros históricos, Vidal de La Blache já evocava a intrigante comparação entre os Esquimós e as tribos da Ilha do Fogo – locais de fisionomias próximas, e que, no entanto, abrigaram sociedades tão distintas:

“É por essa razão que nos admiramos quando vemos o grau relativamente sólido de organização social ao qual souberam se elevar, uns pelo pastoreio, outros pela caça e pesca, povos tais como os lapões e os esquimós. Esses povos árticos conseguiram criar um tipo social durável, dispondo de um instrumental apropriado, em condições seguramente mais rigorosas que aquelas em que, na extremidade do outro hemisfério, vegetam miseravelmente as tribos fueguinas. Diante disso, é difícil escapar à ideia de que esses gêneros de vida se constituíram não exatamente na região restrita onde subsistem na condição de testemunhos, mas numa escala maior, nos espaços continentais que correspondem às latitudes médias de nosso hemisfério” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p.134).

Ainda que o local tenha hoje cores próprias, e que possamos dar à análise uma prioridade que se volta para as redes de relações locais, para a interferência mais direta do meio local na vida humana, o olhar historiográfico e geográfico deve conservar a perspectiva das relações que chegam ao local a partir de outras conexões, sejam em sua própria época, seja de tempos anteriores. Posto isto, retornemos à reflexão mais específica sobre as eventuais diferenciações entre o regional e o local. O pequeno recorte de uma vizinhança, ou de uma comunidade de migrantes, ou de uma prática cultural que se localiza no interior de um lugar (por exemplo, no interior de uma cidade) também pode nos remeter ao “local”, e não ao “regional”. De outra parte, dependendo da abordagem empregada, poderemos também estar falando aqui em Micro-História. A abordagem micro-historiográfica e a História Local, aliás, também constituem conexões possíveis, já que o universo de observação da Micro-História pode corresponder também ao recorte local (mas também pode corresponder à trajetória de



vida de um indivíduo, de uma família, ou aos desenvolvimentos de uma determinada prática cultural). De todo modo, Micro-História e História Local, em que pese constituam modalidades historiográficas bem diferenciadas, também se abrem para os seus possíveis diálogos. Pensar estas nuances possíveis entre o “local” e o “regional” constitui apenas uma proposta, um exercício de imaginação historiográfica, já que frequentemente, entre nós, “História Local” e “História Regional” são expressões empregadas de maneira quase sinônima. Uma vez que temos ao dispor de nossa linguagem historiográfica as duas expressões, o que não ocorre com a historiografia de outros países, podemos tirar partido desta duplicidade de designações, fazer delas um instrumento para nos aproximarmos de uma maior complexidade relacionada aos diversos objetos historiográficos possíveis.

Há também certa tendência, no Brasil, a utilizar a expressão “história local” para o estudo de localidades menores do que aquelas regiões geográficas ou administrativas mais amplas que podem corresponder a um estado, ou mesmo a uma área consideravelmente grande dentro de um estado. Assim, a “história local”, na historiografia brasileira, não raramente se refere a cidades, bairros, vizinhanças, aldeias indígenas, enquanto que a expressão “história regional” volta-se mais habitualmente para as regiões mais amplas (o Vale do Paraíba, o sul de Minas, o estado do Piauí, e assim por diante). Mas isso é praticamente uma especificidade de países de dimensões continentais como o Brasil.

Na Europa, continente no qual esta modalidade historiográfica surgiu por volta dos anos 1950, não se justificava muito uma distinção entre os dois vocábulos. Isso é compreensível, uma vez que na Europa os espaços são muito mais reduzidos do que em países como o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos ou o Canadá. Existem estados brasileiros nos quais caberiam diversos países europeus, como é o caso do Amazonas, um estado cujas dimensões superam a área somada de todos os países da Europa, se desconsiderarmos a Rússia europeia. O Estado de São Paulo tem uma área equivalente à de todo o Reino Unido. Por isso, não é de se estranhar que na França, quando despontaram os primeiros trabalhos de história local, os historiadores não tenham encontrado nenhuma necessidade de cunhar uma palavra especial para a modalidade historiográfica que lidaria com as localidades menores, e outra para aquela que deveria lidar com as porções mais amplas do espaço. A França anterior à Revolução Francesa, por exemplo, estava dividida em 39 *províncias*. Se considerarmos que o estado brasileiro de Minas Gerais é do tamanho da França, poderemos entender a espacialidade mais



reduzida a que se refere cada uma das províncias francesas da França do Antigo Regime. Os historiadores franceses do pequeno espaço, por isso mesmo, costumavam trabalhar com aquela unidade de espaço que Goubert chamava de “unidade provincial comum” (GOUBERT, 1992, p.45).

Nestes e em outros casos, o espaço escolhido pelo historiador coincidia, de modo geral, com uma certa unidade administrativa. Muitas vezes também correspondia a uma unidade bastante homogênea do ponto de vista da paisagem natural geográfica, ou da perspectiva das práticas agrícolas que ali se estabeleciam. Por fim, constituíam-se muito habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário daquilo que, durante o período colonial, acontecia em países como os da América Latina, com seus entremeados de áreas conturbadas e de disputas políticas para as quais devemos considerar a ocorrência muito mais freqüente de “fronteiras móveis” – vale dizer, de fronteiras flutuantes entre as regiões, e constituintes de uma geografia política que se redefinía e que se reatualizava com uma freqüência bem maior do que nos países europeus.

Se o antigo padrão tipicamente europeu de organização da espacialidade política funcionou tão satisfatoriamente para a prática de uma História Local, em meados do século XX e visando certos temas, isto não significa que o mesmo irá ocorrer sempre e em todos os lugares. A História Regional e a História Local em um país de dimensões continentais, como o Brasil, implicam suas próprias bases. Mais do que nunca, faz-se necessária a capacidade de pensarmos com independência o nosso próprio instrumental conceitual, diante de nossas demandas específicas e de nossos interesses singulares, ao menos quando o objeto de estudo se referir às grandes espacialidades com as quais lidamos para o estudo de nossa História¹⁶.

No Brasil, país de dimensões continentais, a dinâmica das expressões História Local / História Regional, conforme se vê, também pode ser utilizada para estabelecer essa relação entre espaços menores e espaços maiores, que os integram. Esses usos passam por decisões dos próprios historiadores envolvidos nesses estudos. É muito comum a utilização da designação história regional para os espaços mais amplos: por exemplo, nos casos em que a História Local estabelece conexões com a História Econômica. Além de se falar na região do

16 Ressalto que a redefinição dos conceitos de região é importante tanto no que se refere ao objeto de estudo – as grandes espacialidades de um país como o Brasil – como no que se refere às redes de historiadores. Um congresso de História Regional na Bahia – congregando historiadores de uma vasta área que é um pouco maior do que a França – implica uma rede historiográfica que corresponde a todo o espaço historiográfico francês.



Vale do Paraíba – uma área que pode abarcar muitas localidades menores – fala-se também em regiões definidas pelo principal tipo de atividade econômica que as recobrem em certos períodos históricos (região mineradora, região da borracha). O uso do conceito de “região” como uma noção intermediária entre o “local” e o “nacional”, portanto – mas também como uma mediação conceitual que pode ser estabelecida entre as economias locais e a apropriação nacional do conjunto formado por estas diversas economias locais – apresenta aqui o seu sentido. O mesmo raciocínio pode ser estendido para os aspectos políticos e culturais. Uma análise da realidade eleitoral na república brasileira, em algum momento de sua história (o que inclui o momento presente), pode demandar esta intermediação. Frequentemente somos levados a pensar nos termos de eleitorados regionais que abarcam muitas realidades políticas locais, e que as integram para contrastá-las com outras redes similares. Em uma outra direção, quando falamos de política internacional, podemos falar também em regiões que congregam diversos países – e que são, agora neste caso, conceitos intermediários entre o “nacional” e o “planetário”, ou entre o “nacional” e o “continental”, conforme o caso. Os fenômenos de mundialização e da globalização permitem colocar a discussão conceitual em novos níveis.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BOXER, Charles. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981 [original: 1969].
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do Espaço. *Revista de História Regional*. nº3, 1, p.7-23, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “Observações sobre o dossiê preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial” in PARAIN, C (org). *Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-ss.
- CASTRO, Antônio B. de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, I. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MSGP, 1992.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*, São Paulo: Ensaio, 1994 [orig.: 1987].
- FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997 [original: 1964].
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978, 2ª ed.
- GOUBERT, Pierre. História Local. *História & Perspectivas*, Uberlândia, nº 6, jan/jun, p.45-56, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1936.
- LACOSTE, Yves. *Geografia: isto serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra* Campinas: Papyrus, 1988 [original: 1976].
- LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977.
- LUCKERMANN, F. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, nº8 (4), p167-172, 1964.
- MARTINS, Paulo H. N. “Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos” In: GEBARA, Ademir (org.). *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987.
- MATTOS, Hebe de. *Ao Sul da História – lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009 [original: 1985].
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. “Os preços na Bahia de 1750 a 1930” in *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, CIVRS 1973, p.167-182.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.



- MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. *GeoGraphia*, ano 6, n°11, 2004.
- MOREIRA, Ruy. *A Formação Espacial Brasileira – contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014-a.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Editora Contexto, 2014-b.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Poder Local na América Portuguesa. *Revista de História*, v. 55, n°. 109, p.25-79, 1977.
- TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*. n°65 (2), p.151-165, 1975.
- TUAN, Yi-Fu. "Space and place: humanistic perspective" In: GALE, Stephen e OLSSON, Gunnar (org.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht: Reidel, 1979, p. 387-427.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980 [original: 1974].
- TUAN, Yi.-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi.-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: UNESP, 2006.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. "Os Gêneros de Vida na Geografia Humana" In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (ORGS). *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.134-157.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: DD MM. AAAA.